

# **ULTRACONSERVADORISMO E OFENSIVAS ANTIGÊNERO NA EDUCAÇÃO: ATAQUES À DEMOCRACIA E RESISTÊNCIAS NO BRASIL**

**Denise Carreira<sup>1</sup>**

**Faculdade de Educação da USP (Brasil)**

As ofensivas antigênero constituem um fenômeno complexo, mutante e transnacional promovido por grupos de extrema direita em vários continentes que têm priorizado a área educacional visando não somente desconstruir os avanços no campo dos direitos educativos, mas atacar a democracia e as políticas de enfrentamento das profundas desigualdades (BROWN, 2021; SENTIIDO, 2021).

No continente latino-americano, as ofensivas antigênero na educação foram mobilizadas para alavancar a força política de movimentos ultraconservadores em estreita aliança com setores ultraliberais em processos diversos como no referendo realizado na Colômbia em 2016, que resultou na rejeição do tratado de paz entre o governo e as FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia); nas eleições presidenciais da Costa Rica em 2018 e 2022; no avanço de movimentos reacionários como *Con Mi Hijos no te metas*, a partir do Peru; além de diversas situações em outros países da região (OBSERVATÓRIO DE SEXUALIDADE E POLÍTICA; CORREA, 2021).

No Brasil do governo Bolsonaro (2019-2022), as ofensivas antigênero se transformaram em política de governo (CORREA, PRADO, CARREIRA ET AL, 2021), fazendo do país um ator fundamental em fóruns internacionais ultraconservadores. O governo Bolsonaro exerceu liderança na constituição do Consenso de Genebra, aliança internacional criada em 2020 composta por 36 países que visa desconstruir os direitos sexuais e reprodutivos nos marcos legais e políticas públicas, com base em uma noção restritiva de família, com forte repercussão para a área educacional.

Esses movimentos têm reconfigurado a gramática de direitos humanos com base na ideia de proteção tutelada dos vulneráveis e propagado a noção de “ideologia de gênero”, instrumento político-discursivo falacioso criado na década de 1990 por setores ultraconservadores da Igreja Católica, em reação aos avanços no reconhecimento dos direitos das mulheres e da população LGBT no Ciclo Social das Conferências da ONU dos anos 1990

---

<sup>1</sup> Mestre e doutora em educação pela USP e pós-doutoranda em educação pela UFMG. Professora da Faculdade de Educação da USP, é integrante da Rede de Ativistas pela Educação do Fundo Malala, Relatora Nacional de Direitos Humanos da Plataforma DHESCA e coordenadora da Articulação contra o Ultraconservadorismo na Educação. Foi Coordenadora Institucional da Ação Educativa, da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, da Coalizão Direitos Valem Mais e integrante do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. E-mail: denisecarreira@usp.br

(JUNQUEIRA, 2022; OBSERVATÓRIO SEXUALIDADE E POLÍTICA; CORREA, 2021; CARREIRA, 2015).

Manipulada em 2014 no processo de tramitação do Plano Nacional de Educação no Senado Federal e disseminada no Brasil por meio de uma ação capilar, a noção de ideologia de gênero conformou uma plataforma discursiva com base no qual se consolidou uma forte aliança entre setores reacionários católicos e evangélicos neopentecostais, impulsionada no contexto das negociações da Concordata Brasil-Santa Sé (2009).

Por meio da propagação de desinformação, de perseguições, de censuras às escolas e do sequestro do discurso da proteção da infância e da defesa da família para fins de pânico moral, esses ataques foram decisivos para a atmosfera que culminou no golpe institucional de 2016 e na eleição de Bolsonaro em 2018. Uma das grandes conquistas da atuação desses grupos na educação foi a autocensura que levou escolas e gestões educacionais a recuarem em ações e programas comprometidos com a abordagem da igualdade de gênero, raça e sexualidade, ou a atuarem na perspectiva da “invisibilidade estratégica” (CARREIRA, 2015).

Os ataques não somente têm por objetivo desconstruir a educação e outras políticas sociais como direitos constitucionais, com base em uma política drástica de austeridade fiscal, mas reconfigurar a política educacional na perspectiva de uma educação em prol da obediência a uma ordem profundamente desigual. Uma educação que reafirma culturas tradicionais de gênero, hierarquias raciais e a divisão sexual do trabalho em um contexto de desmonte das políticas sociais, decorrentes dos profundos cortes orçamentários gerados pelo Teto de Gastos (EC95/2016).

Em 2020, esses movimentos sofreram uma grande derrota no Supremo Tribunal Federal, para qual contribuiu de forma decisiva a atuação coordenada<sup>i</sup> de vários movimentos sociais, redes, organizações da sociedade civil, entidades sindicais e instituições acadêmicas, entre eles, de educação, feministas, LGBTQIA+, negras, direitos humanos, do campo religioso progressista, por meio da Articulação contra o Ultraconservadorismo na Educação.

As decisões do STF, ao julgar onze ações que tratavam de leis municipais e estaduais inspiradas em propostas do movimento Escola Sem Partido, com destaques para leis antigênero, afirmaram, entre outros pontos, ser dever do Estado brasileiro garantir a educação em gênero e sexualidade como forma de prevenir o abuso sexual e a violência doméstica contra crianças e adolescentes e estabeleceram a fronteira entre os direitos das famílias e os das crianças e adolescentes de acessarem conhecimentos científicos e humanísticos, mesmo que esses contrariem doutrinas religiosas e políticas de suas famílias.

Apesar das derrotas no STF, o movimento ultraconservador continua a estimular e diversificar suas estratégias de proposição de projetos de lei nos legislativos, atacando a autonomia docente e o princípio constitucional do pluralismo de ideias e de concepções

pedagógicas no ensino. Segundo levantamento realizado pelas pesquisadoras Fernanda Moura e Renata Aquino do Movimento dos Professores contra o Escola sem Partido, ao final de 2020, havia 62 projetos de lei exclusivamente antigênero tramitando em estados e municípios e outros sete no Congresso Nacional; 44 projetos de leis municipais e estaduais e outros quatro projetos de lei federais antigênero, mas que abordam também outros conteúdos autoritários; além de oito projetos estaduais e municipais e um federal “Infância sem Pornografia”. A partir do final de 2020, multiplicaram-se projetos de lei que visam proibir o uso de linguagem neutra de gênero em escolas e em outros serviços públicos.

Buscando promover comoção social, os movimentos ultraconservadores seguem divulgando em diversos municípios que as escolas “estão proibidas” de abordarem às questões de gênero e sexualidade. Aparelharam serviços públicos para perseguição a docentes (como o caso do Disque 100), atacaram políticas públicas como o Programa Nacional do Livro Didáticos (PNLD) e promoveram mudanças curriculares de viés autoritário (CARREIRA, 2019). Dentro do governo Bolsonaro, essas ações foram lideradas pela articulação entre o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH) e o Ministério da Educação.

Outra frente tem sido a educação domiciliar, o *homeschooling*, prioridade do governo Bolsonaro, que tem sua regulamentação tramitando no Congresso Nacional. Em 2021, a Articulação contra o Ultraconservadorismo na Educação lançou um abaixo-assinado com quatrocentas assinaturas institucionais e uma forte ação de mobilização no Congresso e na mídia visando barrar o projeto de lei de regulamentação (PL 3179/2012), que foi aprovado na Câmara dos Deputados em maio de 2022, seguindo para tramitação no Senado Federal. Apesar da derrota do campo progressista, o debate público avançou sobre os riscos da proposta.

A militarização das escolas públicas constitui outra frente de atuação dos movimentos ultraconservadores. Ela não é um fenômeno recente: está presente em vários estados desde a década de 1990, mas ganhou grande impulso com o Programa Nacional de Implantação de Escolas Cívico-militares pelo governo Bolsonaro (2019). A militarização de escolas públicas, assim como a educação domiciliar, atualiza o discurso da ideologia de gênero, reafirma a heteronormatividade e a cisnormatividade e o controle dos corpos e da sexualidade, principalmente da juventude negra, LGBTQIA+ e das garotas.

Em 2022, as organizações Ação Educativa e Cenpec, em aliança com a Articulação contra o Ultraconservadorismo na Educação, coordenaram a pesquisa nacional Educação, Valores e Direitos. A pesquisa revelou que a adesão da população a essas agendas é limitada, contrastando com o discurso alardeado pelos movimentos ultraconservadores, e que há brechas e contradições que favorecem a retomada de políticas educacionais comprometidas com o fortalecimento da cultura democrática e com a igualdade de gênero, raça e sexualidade na educação.

## REFERÊNCIAS

- AÇÃO EDUCATIVA, CENPEC. Pesquisa Educação, valores e direitos. São Paulo, 2022. Disponível em <https://generoeeducacao.org.br/mude-sua-escola/pesquisa-educacao-valores-e-direitos/>
- BROWN, Wendy. Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo, Editora Filosófica Politeia, 2021.
- CARREIRA, Denise. Igualdade e Diferenças nas Políticas Educacionais: a agenda das diversidades nos governos Lula e Dilma. Tese de doutoramento. São Paulo, USP, 2015.
- CARREIRA, Denise. Gênero na BNCC: dos ataques fundamentalistas à resistência política. Educação é a Base? São Paulo, Ação Educativa, 2019.
- CORREA, Sonia; PRADO, Marco; CARREIRA, Denise et al. Ofensivas Antigênero no Brasil. Rio de Janeiro, Observatório de Sexualidade e Política, 2021.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A Invenção da “Ideologia de Gênero”: um projeto reacionário de poder. Brasília, Letras Livres, 2022.
- MOURA, Fernanda; AQUINO, Renata. Panorama do “Escola sem Partido” no Legislativo Brasileiro. Disponível em <https://profscontraoesp.org/vigiando-os-projetos-de-lei/>
- OBSERVATÓRIO DE SEXUALIDADE E POLÍTICA; CORREA, Sonia. Políticas Antigênero na América Latina. Rio de Janeiro, SPW, 2021.
- SENTIIDO. Fabricar el pánico moral: usar la niñez como arma para atacar la justicia de género y los derechos humanos. Colômbia, marzo de 2021.
-